



Índice

- 01** [Funai deve concluir demarcação de terra Mura em Autazes, determina liminar](#)
- 02** [‘Não existem índios no Brasil’, diz escritor em abertura de congresso](#)
- 03** [Povos indígenas de Goiás e Tocantins pedem revogação da Portaria 303](#)
- 04** [Em Roraima, plantio consorciado ajuda comunidades indígenas](#)
- 05** [Mulheres indígenas expulsam coordenadora do DSEI Tocantins de Assembleia](#)
- 06** [Senado investiga genocídio indígena](#)
- 07** [União entrega termo de uso sustentável a morador ribeirinho](#)
- 08** [Há 2 meses em contêineres, índios que deixaram Maracanã estão sem água potável](#)
- 09** [Projeto dos índios suruí em Rondônia gera créditos de carbono](#)
- 10** [Tensão entre índios e produtores em MS](#)
- 11** [Nossos índios invisíveis](#)
- 12** [Sedel realiza seletiva dos Jogos Indígenas em Oiapoque](#)
- 13** [Justiça suspende reintegração de posse e indígenas criticam a polícia](#)
- 14** [Questão indígena: Deputados decidem por paralisação nacional em 14 de junho](#)





Funai deve concluir demarcação de terra Mura em Autazes, determina liminar
SÍTIO EMTEMPO, 22.05.2013

Atendendo a pedido feito pelo Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM), a Justiça Federal determinou, em caráter liminar, à Fundação Nacional do Índio (Funai) e à União que concluam o processo demarcatório da terra indígena Murutinga, ocupada tradicionalmente pela etnia Mura e localizada no município de Autazes (a 108 quilômetros de Manaus).

A decisão foi proferida em ação civil pública movida pelo MPF/AM no dia 19 de abril deste ano, mas ainda cabe recurso.

Conforme a decisão liminar, a Funai deve analisar possíveis contestações ao relatório de identificação das terras, no prazo de 90 dias, e encaminhar, se não houver ressalvas, o procedimento ao Ministério da Justiça, sob pena de multa de R\$ 10 mil por dia de atraso.

O processo demarcatório da terra indígena Murutinga teve início em 2008, com a criação de um grupo técnico designado pela Funai para identificação da área. Em 2011, o órgão federal constituiu outro grupo técnico, para realizar estudos complementares. Os estudos foram concluídos em 2012 e, em agosto daquele ano, resumo do relatório do grupo foi publicado no Diário Oficial da União (DOU).

'Não existem índios no Brasil', diz escritor em abertura de congresso

SÍTIO G1, 22.05.2013



Autor de 43 livros, o indígena Daniel Munduruku foi o palestrante convidado para a abertura do 10º Congresso do Meio Ambiente em Poços de Caldas (MG) nesta quarta-feira (22). O índio, que é doutor em educação e cursa pós-doutorado em literatura na Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), falou sobre a 'Mãe Terra e a Questão Indígena' durante um bate-papo com os congressistas.

Em uma saudação na língua do povo ao qual pertence, abriu a fala e brincando, pediu licença a quem estava no ambiente. "Bom dia a todos os amigos aqui presentes, espero que este encontro seja tão bom para vocês como vai ser para mim", saudou, em uma referência aos ancestrais. "Nossos avós diziam que quando vamos encontrar alguém, temos que ir com o coração aberto e alegre para que o encontro seja bom, desejando que as pessoas que estão no lugar se sintam da mesma forma", pontuou, ao lembrar que estar conectado com o meio ambiente é estar conectado com a poesia do universo.

A luta pelo meio ambiente é a luta de todo povo brasileiro"

Daniel Munduruku
escritor e doutor

CONT.



"Vou falar de outras tantas coisas que não são meio ambiente, mas também são. Quero olhar nos olhos e conversar. Para começar, vou destacar que não sou índio e que não existem índios no Brasil. O que existem são povos. Eu sou Munduruku e pertencer a um povo é ter participação dentro de uma tradição ancestral brasileira. Quando eu digo que não existem índios, quero dizer que existe uma diversidade muito grande de ancestralidade. São pelo menos 250 povos indígenas e são faladas pelo menos 180 línguas no Brasil", disse.

Para ele, a palavra 'índio' surgiu de maneira equivocada e reduz os povos. "Está ligada a uma série de conceitos e pré-conceitos. Normalmente ela está vinculada a coisas negativas, embora haja muito romantismo na história, a maioria do pensamento quer dizer que o índio é um ser fora de moda, atrasado no tempo e selvagem. Alguém que está atrapalhando o progresso e continuamos reproduzindo um estereótipo que foi sendo passado ao longo da nossa história", criticou."

O bate-papo foi permeado por lembranças do indígena, que contou histórias sobre a própria vida, a fase de transição entre infância e adolescência e a perda do avô, que segundo ele, na tradição Munduruku, é quem transmite os ensinamentos dentro de uma família ou tribo. Com isso, ele chegou à dúvida dos presentes que era: como começou a escrever e se tornou acadêmico. "Quando meu avô morreu, me fez entender o que era ser Munduruku e eu sempre quis lembrar dele assim. Queria ser como ele, um contador de histórias. Demorei para saber como seria meu caminho, se seria na tribo ou na cidade, mas optei pela cidade e pela vida acadêmica e hoje estou aqui, transmitindo estas histórias que são tão cheias de sabedoria de vida e de meio ambiente", pontuou.

Em relação ao meio ambiente e aos questionamentos feitos pelo público, o indígena destacou a questão da evolução humana e no Brasil a construção de barragens. "O povo Munduruku está sofrendo com a construção das barragens, seja em Belomonte, seja em Rondônia, enfim, eles estão lutando para viver. A natureza e o ambiente que os índios vivem fazem parte da humanidade deles. Eles lutam para se manterem e lutam por um Brasil inteiro que não tem a consciência de perceber isso. A luta pelo meio ambiente é a luta de todo povo brasileiro", finalizou.



Povos indígenas de Goiás e Tocantins pedem revogação da Portaria 303

SÍTIO CIMI, 22.05.2013

Exigindo a revogação da Portaria 303, cerca de 500 indígenas de 11 povos de Goiás e Tocantins, acampados na Universidade Federal do Tocantins para a II Assembleia de comunidades dos dois estados, ocuparam na tarde desta terça-feira, 21, a sede da Advocacia-Geral da União (AGU) em Palmas (TO).

“O governo tem buscado guerra com a gente. Não é isso que queremos. Essa Portaria abre as portas de nossas casas para o agronegócio. Não é isso que queremos. Exigimos a revogação da Portaria”, disse Antonio Apinajé.

Depois de fecharem parcialmente a Avenida Joaquim Teotônio Segurado, a manifestação seguiu com faixas, bordunas e rituais para o prédio da AGU. O grupo entrou nas dependências do órgão de forma pacífica e só se retirou depois de ser recebido pelo procurador Eduardo Prado dos Santos.

“Viemos para dizer que não queremos essa Portaria 303. Por enquanto ela foi apenas suspensa, mas queremos a sua revogação”, disse taxativo Wagner Krahô. O procurador só recebeu os indígenas depois que representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai) apareceram para intermediar a situação.

A Portaria 303 foi publicada há cerca de um ano. O ministro da AGU, Luís Inácio Adams, pretendia com a medida estender para as demais terras indígenas do país as condicionantes da Raposa Serra do Sol, homologada pelos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2009. As condicionantes foram sugeridas pelo ex-ministro, já morto, Menezes de Direito. Porém, até hoje, nunca foram votadas. Depois de pressão do movimento indígena e de declarações do ministro da Justiça José Eduardo Cardozo e do então presidente do STF, o ex-ministro Carlos Ayres Brito, contrários aos termos da portaria, Adams recuou e a suspendeu até a votação das condicionantes.

A ocupação só terminou com a chegada do Procurador Federal, que recebeu o documento dos indígenas e garantiu que o encaminharia ao ministro Adams, em Brasília. As paredes da AGU ficaram tingidas de urucum. “Estou aqui como mãe que se preocupa com o futuro dos filhos. Vocês estão querendo matar a gente? Essa Portaria 303 é para beneficiar a Kátia Abreu [senadora ruralista e presidente da CNA]. Que a Kátia Abreu plante soja na fazenda dela e deixe as terras indígenas em paz”, disse Gercina Krahô.

Na pauta da II Assembleia desta quarta-feira, 22, o tema será a saúde indígena nos estados de Goiás e Tocantins.

Exigindo a revogação da Portaria 303, cerca de 500 indígenas de onze povos de Goiás e Tocantins, acampados na Universidade Federal do Tocantins para a II Assembleia de Comunidades dos dois estados, ocuparam na tarde desta terça-feira, 21, a sede da Advocacia-Geral da União (AGU) em Palmas (TO).

Galeria de imagens



Em Roraima, plantio consorciado ajuda comunidades indígenas

SÍTIO G1, 22.05.2013

Pequenos agricultores de Roraima e produtores agrícolas em geral têm no plantio consorciado mais uma opção de diversificar o cultivo e aumentar a renda. A Empresa Brasileira de Agropecuária (Embrapa) presta assistência e ajuda a desenvolver essa técnica, permitindo que culturas diferentes sejam plantadas e trabalhadas em uma mesma área.

O interesse econômico também deve ser levado em conta quando o assunto é plantio consorciado. No estado, o trabalho da Embrapa ajuda comunidades indígenas que aprenderam a variar as espécies plantadas em um mesmo terreno, o que gera mais renda e evita o desgaste do solo causado por apenas uma cultura ou pela falta de uso por longo período.

Em Roraima, os consórcios mais comuns são o de gramíneas com fruteiras. Os agricultores costumam plantar juntos mandioca, milho e feijão. Embora as culturas estejam em uma mesma área, há fases apropriadas para o plantio. "No início do período chuvoso, que ocorre entre os meses de maio e junho, planta-se mandioca e milho e, a partir de agosto, dá-se início à plantação do feijão, mas todos em um mesmo terreno", explicou Admar Bezerra Alves, engenheiro agrônomo da Embrapa.

Para ele, os arranjos de culturas diferentes tendem a melhorar o solo. "O cultivo 'solteiro', ou seja, a monocultura, pode empobrecer o terreno. A Embrapa sempre trabalhou com essa tecnologia que podemos considerar 'antiga', pois já é usada há muito tempo por pequenos agricultores da região Nordeste. Aqui no Norte, pelo fato de muitos agricultores terem origem nordestina, eles usam a técnica com o propósito de ocupar melhor os espaços", afirmou.

Comunidades indígenas

Não existe regra definida para o plantio consorciado, apenas orientações ao produtor para que sejam adotados critérios para o sucesso do consórcio. "Recomendamos essa técnica para que seja feita a rotação de culturas, a fim de ajudar na recuperação do solo e melhor aproveitamento para o plantio de outras culturas", considerou Alves.

Um dos projetos da Embrapa é a Valorização da Agricultura Indígena (VAI), aplicado em cinco comunidades indígenas. Segundo Alves, os índios são bem receptivos às inovações para melhorar o plantio e o aproveitamento do solo. Há, ainda, os trabalhos feitos de maneira indireta com aproximadamente 60 produtores no sul de Roraima vinculados a associações e cooperativas.

"Nesse caso, o nosso contato é feito diretamente com três agricultores, que se tornam 'multiplicadores' para os demais, levando adiante a técnica de plantio consorciado", concluiu.



Mulheres indígenas expulsam coordenadora do DSEI Tocantins de Assembleia
SÍTIO CIMI, 22.05.2013

Mulheres indígenas expulsaram da II Assembleia dos Povos Indígenas de Goiás e Tocantins, na manhã desta quarta-feira, 22, a coordenadora do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) de Tocantins, Evanecilda Siqueira. Os indígenas exigem a saída dela do DSEI e farão vigília para garantir que ela não retorne ao posto.

Com a ausência injustificada do secretário Antonio Alves, da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), órgão do Ministério da saúde, a tensão tomou conta da discussão. O presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi), Cleiton Javaé, afirmou que esteve com o secretário em Brasília, na última semana, e Alves garantiu a presença na II Assembleia.

O encontro acontece na Universidade Federal de Tocantins (UFT), em Palmas, e segue até a noite desta quinta-feira, 23. Durante o dia de hoje, saúde é o tema dos debates. "O kupê [branco] veio não sei de onde e quer ver a gente na lama. Dentro de nosso coração a gente sofre e o kupê nos engana, mente, rouba. Então a partir de agora vai ser assim: a gente vai tirar", disse Gercina Krahô.

A questão da saúde é motivo de mortes e indignação para comunidades de todo o país, tal como lembraram as lideranças dos povos de Goiás e Tocantins. "Fizemos isso porque essa mulher [Evanecilda] mente demais. Vocês, kupê, não fazem pior conosco? Não nos expulsam das terras? Não nos matam, deixam morrer e roubam nossos recursos? A gente se desculpa, porque não somos violentos, não é da gente isso. Mas nem o chefe de Brasília [Antonio Alves] vem nos ver, ouvir", completou Gercina.

A expulsão foi presenciada pelas Procuradoras Federais Ana Paula Fonseca, de Goiás, e Aldina Pereira, de Tocantins. "É lamentável que cheguemos nesse extremo. Concordo com tudo isso, sei que não tem mais como acreditar. Na Bahia isso tem acontecido e em outros estados também", frisou Cleiton Javaé.

"Isso que aconteceu aqui é um ato de indignação. Há tempos que estamos engolindo a coordenadora do DSEI, as intimidações dela. O Antonio Alves foi convidado. Por que não veio? As atitudes do governo pioram a situação e esperamos um retorno do MPF", disse Wagner Krahô.



Senado investiga genocídio indígena

SÍTIO TERRA, 22.05.2013

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado promove nesta quarta-feira debate com representantes de várias entidades sobre o Relatório Figueiredo – documento que revela a violência contra tribos indígenas promovida por agentes públicos e fazendeiros durante os anos 1960 –, publicado com exclusividade pelo Estado de Minas. A audiência foi solicitada por meio de requerimento dos senadores Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Ana Rita (PT-ES). Randolfe quer esclarecer o que ocorreu, com a responsabilização do Estado brasileiro e a indenização devida aos povos indígenas pelos crimes praticados. Ele defende que cópias do relatório sejam encaminhadas à Comissão de Direitos Humanos e à Subcomissão da Verdade da Casa.

Senador exige investigação sobre Relatório Figueiredo Agentes do serviço de proteção escravizavam índios, aponta Relatório Figueiredo Relatório pode servir de prova para devolução de terras indígenas

Participam dos debates a presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Marta Maria do Amaral Azevedo; e o secretário-geral do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Cleber Buzatto; a representante da Comissão Nacional da Verdade, Maria Rita Khel; o jornalista do Estado de Minas Felipe Canêdo – autor da série de matérias que revelaram a existência do documento –; e a antropóloga Patrícia de Mendonça Rodrigues. Completa a lista de debatedores o vice-presidente do grupo Tortura Nunca Mais-SP, Marcelo Zelic, um dos pesquisadores que descobriram o relatório há cerca de um mês no Museu do Índio, no Rio de Janeiro. O documento, com cerca de 7 mil páginas, elaborado entre 1967 e 1968, foi dado como desaparecido logo depois de sua divulgação, há 40 anos.

O trabalho de investigação ficou conhecido como Relatório Figueiredo por ter sido feito pelo procurador Jáder de Figueiredo Correia, atendendo pedido do então ministro do Interior, o general Albuquerque de Lima. Para elaboração do documento, Figueiredo promoveu uma expedição, iniciada em 1967 para avaliar as denúncias contra o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), extinto com a criação da Funai. Foram percorridos mais de 16 mil quilômetros em 18 estados, e vistoriados mais de 130 postos indígenas onde foram constatadas execuções de milhares de indígenas na luta pela posse da terra, que envolvia interesses de grandes latifundiários.



União entrega termo de uso sustentável a morador ribeirinho

SÍTIO BVNEWS, 22.05.2013

A Superintendência do Patrimônio da União no estado de Roraima (SPU/RR) esteve na última semana, nas margens do Rio Barauana, município de Cantá, para acompanhar de perto a situação das terras que são da União e entregar o Termo de Autorização de uso Sustentável a morador ribeirinho daquela região.

O documento é de grande utilidade aos moradores que vivem em áreas de domínio da união. Ou seja, é a garantia de que outras pessoas não podem tirá-las de suas localidades.

Todos os terrenos marginais dos rios federais e em faixa de fronteira, que são da União e que possui moradores ribeirinhos tradicionais que vivem de atividades de subsistência e que ocupam esses terrenos podem receber o termo de posse.

O Superintendente da SPU/RR, Paulo André, explicou que o documento é de grande importância aos moradores dessa região. "O termo garante a permanência do morador. Após ele receber esse documento, ele não pode vender ou desfazer da propriedade" explicou.

O Superintendente explicou ainda que a SPU/RR possui outras demandas e procuram priorizar também casos específicos, além disso, a superintendência tem uma agenda programática para atender e contemplar moradores de outras regiões que necessitam do termo de posse.

Ele ressaltou ainda que uma das metas do Governo Federal é a regularização de moradores ribeirinhos e comunidades tradicionais, por isso, a SPU/RR vem atuando em busca de regularizar essas áreas.

Além do Superintendente, esteve presente também o Coordenador de Regularização Fundiária, Fábio Lima, e Mariana Ignatz, Coordenadora Substituta de Regularização Fundiária.



Há 2 meses em contêineres, índios que deixaram Maracanã estão sem água potável
SÍTIO UOL, 22.05.2013

"Estamos bebendo água da torneira e ficamos sem luz durante quase três dias, na semana passada", conta o Cacique Doethyró, da etnia Tukano, líder do grupo indígena que trocou a Aldeia Maracanã, na zona norte do Rio de Janeiro, pela Colônia Curupaiti, em Jacarepaguá, na zona oeste, em março deste ano, há quase dois meses. Segundo ele, os 15 índios de 12 etnias que vivem no local sofrem com as más condições do alojamento provisório.

A polêmica disputa pelo terreno no qual está situado o antigo Museu do Índio, no entorno do Maracanã --que será o principal estádio da Copa do Mundo no Brasil, em 2014--, no Rio de Janeiro, começou em outubro de 2012. Os indígenas ocupavam o local desde 2006. Os ocupantes queriam que o local se transformasse em um centro cultural. A polícia foi para o local para cumprir um mandado de desocupação expedido pela Justiça Federal e, após confronto entre o Batalhão de Choque, índios e simpatizantes da causa, os índios que aceitaram um acordo com o governo foram levados para Jacarepaguá.

"No início estava tudo bem. Mas, de uns tempos para cá, ninguém mais do governo apareceu aqui. Toda vez que chove, o alojamento fica alagado", diz o cacique, que chegou à Aldeia Maracanã, em 2006. "Quando chegamos, tínhamos dois geradores, mas trocaram o fornecedor e agora só resta um. Toda hora falta luz, o teto do contêiner da cozinha caiu há algumas semanas, sem motivo nenhum, não tinha chovido. Parece que, para o governo, nós ficamos caros."

Indígenas ocupavam área no entorno do Maracanã desde 2006. Diante do relato dos índios, a Defensoria Pública da União resolveu visitar o local. O defensor público federal André Ordacgy fez uma vistoria no local no dia 15 de abril, e elaborou um documento com 15 itens que precisavam ser regularizados pelo Estado. Segundo Ordacgy, do 1º Ofício de Direitos Humanos e Tutela Coletiva, o relatório foi entregue à Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos no dia 22 de abril, e desde então nada foi feito. Procurado, o órgão do Estado informou, em nota, que desde a construção do alojamento tem trabalhando para atender a todas as necessidades e direitos dos indígenas.

"O atendimento da SEASDH é feito aos 14 índios que aceitaram a proposta feita pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro e deixaram pacificamente o prédio do antigo Museu do Índio. Sobre os pertences, a SEASDH informa que novas buscas poderão ser feitas pelos índios que procurarem a secretaria", diz o texto da secretaria. Foi reivindicado também o fornecimento de água, material de limpeza, botijão de gás, uma antena de TV para captação de sinal, um cartão Bilhete Único com recarga mensal para cada índio, serviços de saúde (médico, dentista e psicólogo) e mais três contêineres --um dormitório masculino e dois femininos. Para o defensor, no entanto, a questão mais grave, ao lado da falta de água potável, é referente às proteínas. Ordacgy afirma que há um descumprimento de uma ordem judicial dada na semana em que os índios foram para Jacarepaguá e que estipula que eles devem receber proteínas na alimentação.

CONT.



"O governo entrega apenas latas de sardinha e carne-seca, em quantidade suficiente apenas para os três primeiros dias, e os índios recebem nova remessa de cesta básica com proteína de 15 em 15 dias. O Estado não cumprir a questão das proteínas é um desafio à autoridade judiciária. A multa que estamos pedindo é para incidir no contracheque do secretário e no Estado", disse o defensor.

"Estamos preocupados. Saímos do Maracanã há quase dois meses e não temos visto nada ser feito. Nós cumprimos o que foi acordado, deixamos a aldeia e viemos para cá [Jacarepaguá]", disse o cacique. "Não estou desacreditando do governo, mas queremos alguma atitude, ver o projeto andar. Há muita lentidão."

Longe do centro da cidade, os índios reclamam que têm tido dificuldades de trabalhar. Segundo o cacique, a renda dos indígenas caiu muito desde a mudança para a Colônia Curupaiti. "Lá na Aldeia, as pessoas visitavam o Maracanã e passavam lá para comprar nossos artesanatos. Tínhamos a facilidade de trem, metrô e ônibus para outras partes da cidade. Aqui [em Jacarepaguá], nós ficamos isolados", afirma. "Para comprar botijão de gás, material de limpeza e os alimentos que faltam, a gente faz vaquinha, cada um dá um pouco."

"Estamos preocupados. Saímos do Maracanã há quase dois meses e não temos visto nada ser feito. Nós cumprimos o que foi acordado, deixamos a aldeia e viemos para cá [Jacarepaguá]", diz o cacique. "Não estou desacreditando do governo, mas queremos alguma atitude, ver o projeto andar. Há muita lentidão. Só o governo sabe o nosso destino. Estamos esperando."



Projeto dos índios suruí em Rondônia gera créditos de carbono

SÍTIO UOL, 22.05.2013

O Imaflora (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola) acaba de concluir a verificação do primeiro projeto de REDD+ (redução de emissões de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento e da degradação florestal) em área indígena do mundo: o Projeto de Carbono Florestal Suruí, da Terra Indígena Sete de Setembro, do povo paíter-suruí, localizada nos Estados de Rondônia e Mato Grosso.

De acordo com os profissionais do Imaflora que acabam de voltar da verificação, o desmatamento foi efetivamente reduzido na região, durante o período de 2009 a 2012, gerando créditos de carbono, que poderão ser comercializados no mercado voluntário.

O projeto validado tem duração de 30 anos e irá até 2038. Ele tem como meta conservar a área de 12 mil hectares de mata e evitar a emissão de cerca de 7 milhões de toneladas de CO₂. Faz parte da estratégia dos paíter-suruí para gerar recursos para financiar o seu plano de gestão para os próximos 50 anos.

O Imaflora utiliza os sistemas VCS e CCB para validação de projetos de carbono. A ONG trabalha para promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e para gerar benefícios sociais nos setores florestal e agropecuário.

Os empreendedores sociais Almir Narayamoga Suruí, da Associação Metareilá, e Luís Fernando Guedes Pinto, do Imaflora, foram finalistas do Empreendedor Social 2012 e integram a Rede Folha de Empreendedores Socioambientais.



Tensão entre índios e produtores em MS

SÍTIO TERRA, 22.05.2013

A presidente da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária), senadora Kátia Abreu, denunciou nesta terça-feira (21), em discurso no Senado, o risco de conflitos e violência entre índios e produtores rurais que “estamos prestes a presenciar, especialmente no Mato Grosso do Sul”. Foram 30 fazendas e 17 mil hectares de terras invadidas por grupos indígenas porque “um proprietário de fazenda conseguiu uma liminar, na Justiça Federal de reintegração de posse da sua terra”, assinalou. “Para nossa surpresa e indignação, a Polícia Federal chegou ao local e, ao invés de cumprir a determinação judicial, prendeu o proprietário, sua esposa e filhos”, afirmou a senadora.

“Em que mundo estamos vivendo”, indagou. “Um conflito artificial entre índios e brancos está sendo armado por uma minoria e uma decisão judicial é descumprida”, destacou na tribuna. Parece que o Ministério da Justiça “só faz justiça aos brasileiros índios”, reclamou. “E quem fará justiça aos brasileiros brancos? Quem vai proteger os produtores rurais?”, questionou.

A senadora Kátia Abreu lembrou que o setor agropecuário responde por 37% dos empregos no Brasil, um quarto de tudo que é produzido no País e o equilíbrio da balança comercial brasileira. Sendo assim, “precisa ser tratado com equilíbrio e dentro dos pressupostos legais, das leis vigentes no País”, afirmou.

- Queria que o ministro Eduardo Cardozo, da Justiça, tivesse o mesmo senso de equilíbrio e justiça que teve no episódio das quatro mil famílias da Fazenda Suiá-Miçu. Mas eram brancos e foram expulsos, colocando 1000 crianças vivendo debaixo de lona, em condições deprimentes, disse ela.

Lembrou que, na ocasião, “lá não apareceu ninguém dos direitos humanos, nem o Ministério Público ou qualquer outro organismo para defender os interesses e direitos daquelas quatro mil famílias de pequenos produtores”, assinalou. “Não existe lei apenas para branco ou apenas para índio, a legislação é uma só e vale para todos”, criticou a senadora.

Responsabilidade - A senadora insistiu que o ministro Eduardo Cardozo cumpra o “seu papel e assuma as suas responsabilidades e não se omita”. afirmou que “o ministro não é representante de uma classe ou de um segmento, ele é pago com o dinheiro público e deve satisfações ao povo brasileiro”. Katia Abreu perguntou, ainda, o que o ministro fará com a Polícia Federal que descumpriu uma ordem judicial ao não retirar os índios que invadiram uma propriedade rural.

Para a presidente da CNA, a situação assemelha-se a “um barril de pólvora” por conta da ação de grupos radicais e minoritários que procuram, por meios artificiais, criar atritos e disseminar a violência. “Não é possível continuarmos vivendo nessa insegurança jurídica, num claro desrespeito à Constituição”, ponderou. A senadora disse, no entanto, que vai lutar até o fim para que as leis sejam cumpridas, “jamais rasgaria uma página que fosse da Constituição”.

CONT.



CIMI e Funai – A presidente da CNA também fez duras críticas ao CIMI (Conselho Indigenista Missionário), à Funai (Fundação Nacional do Índio), ao Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) e outros órgãos por não estarem cumprindo com suas obrigações legais. O CIMI, disse, representa uma parte da Igreja Católica, não o seu todo. “Sou cristã e católica e os brancos produtores rurais, em sua grande maioria, também o são”, destacou. Ela pediu ao presidente da CNBB, (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que não permita ao CIMI “criar esse conflito entre brancos e índios porque nós somos cristãos e queremos a proteção de Deus”.

Disse que é preciso lembrar que os produtores rurais brasileiros produzem o arroz e o feijão, além de outras culturas, numa área de apenas 27,7% do território brasileiro, enquanto a Funai (Fundação Nacional do Índio), o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e outros órgãos oficiais detém mais de 50% do território do País. Mas “querem justamente as áreas produtivas, que estão nas mãos dos agricultores e lá vivem há mais de 40 anos”, alertou.

A senadora acusou a Funai de adotar uma política de “não ouvir realmente os povos indígenas”, mantendo-os na miséria e na ignorância, não lhes dando as condições econômicas e sociais adequadas para sobreviverem. A entidade “quer mantê-los no isolamento e na pobreza”, denunciou.

Nossos índios invisíveis
SÍTIO DOMTOTAL, 22.05.2013

Por Ricardo Soares

Não quero ser leviano ao tocar no assunto, pois não tenho o conhecimento suficiente para abordá-lo. Mas não consigo deixá-lo passar batido. Tenho apenas percepção dos tristes fatos que rodeiam os índios brasileiros e nenhum conhecimento antropológico mais profundo a não ser esparsas leituras da obra de Darcy Ribeiro e mesmo dos irmãos Villas Boas. Também vi, em viagens Brasil adentro, muitos deles em situações vexatórias e condenáveis. Por tudo isso e por mais que existam FUNAI ou ONGs que briguem pelo reconhecimento dos direitos indígenas, acho vergonhosa a situação em que eles se encontram.



"Índios só são notícia invadem escritórios de hidrelétricas ou viram ridículas caricaturas cinematográficas"

Nossos índios parecem invisíveis. Ninguém os enxerga e, pelo menos nos grandes centros, quando os enxerga são vistos apenas como párias indesejáveis que por serem esse incômodo, esse calo social, são simplesmente incendiados, como demonstra o triste e notório episódio dos playboyzinhos de Brasília que transformaram o pataxó Galdino numa pira humana.

Eles, os índios, aqui estavam e por nós não esperavam. Chegamos, predamos, invadimos, colonizamos, usamos o cínico eufemismo "pacificamos". Há, por exemplo, algo mais triste que ver, desde sempre, índio barrigudo de sandálias havaianas e bermuda que lhes vestiram os religiosos que se sentiam afrontados com a nudez nativa? Há algo mais melancólico que índio nessas beiradas de rio Brasil afora entorpecido de cachaça vagabunda a mendigar trocados pra tomar um trago? Há coisa mais injusta que vê-los largados à própria sorte, suas culturas e idiomas sendo dizimadas por motosserras, picapes, desejos de consumo e outras epidemias como sarampo, gripe ou dengue?

Esse é o legado que lhes deixamos. Se tornarem invisíveis e ainda acusados de aproveitadores quando a justiça lhes dá legítimos direitos por terras que sempre foram suas. Foi assim nos comentados episódios da região da reserva Raposa Serra do Sol em Roraima quando os fazendeiros/arrozeiros ensandecidos reclamavam que era muita terra para um punhado de índios. Ok, mas não é muita terra para plantar arroz num estado de pouca população? Aí vem o coro dos ruralistas, amigos do deputado Aldo Rebelo, dizendo que o Brasil precisa comer, que precisamos ser o celeiro do mundo, que é preciso expandirmos nossas fronteiras agrícolas e todo aquele bolodório conhecido dos plantadores de soja transgênica, vilões incontestes do desmatamento. Como se não houvessem outras alternativas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 087 / 2013

Brasília, 23 de maio de 2013.

Bem, e para quem sobra a fatura, para além da natureza? Para os índios brasileiros invisíveis, acusados de mandriões, acomodados. Óbvio dizer aqui que temos muito para aprender com eles, sobretudo o convívio com o silêncio que nossa perturbada civilização perdeu. Não os observamos, os excluimos simplesmente, fora algumas palavras do vocabulário indígena que estarão sempre entre nós.

Como eu disse, escrevo sobre o assunto porque me parece vergonhoso o silêncio geral sobre o tema. Índios só são notícia quando matam, dão na cara do homem branco, invadem escritórios de hidrelétricas ou quando viram ridículas caricaturas cinematográficas. Enquanto isso, vão se extinguindo levando com eles lições que jamais vamos aprender. Que pena para a gente.



Sedel realiza seletiva dos Jogos Indígenas em Oiapoque

SÍTIO AMAPADIGITAL, 22.05.2013

Uma equipe do Núcleo de Esporte, Participação e Aventura da Secretaria de Estado do Desporto e Lazer (Sedel) se deslocou na tarde desta terça-feira, 21, para a aldeia do Kumenê, localizada na região do município de Oiapoque.

O objetivo da viagem é realizar a seletiva final dos Jogos Indígenas de 2012, que foi interrompida em virtude de três jovens indígenas que se perderam na mata e o cacique ordenou que a competição fosse paralisada para que os jovens fossem procurados. Tudo ocorreu bem e os jovens foram encontrados.

Além do material esportivo, a equipe de colaboradores da secretaria está levando alimentação para os competidores e para consumo próprio. As seletivas acontecerão nos dias 22 e 23 de maio, com as seguintes modalidades: futebol de campo (masculino e feminino); cabo de guerra (masculino e feminino); subida no açazeiro; canoagem; natação; pescaria; miss; pintura e contos e lendas.

A realização desta etapa final foi um compromisso que o novo titular da Sedel, Mário Brandão, assumiu com o governador Camilo Capiberibe, logo em que assumiu a pasta, no dia 2 de abril deste ano. "Este foi um pedido do governador Camilo logo em que assumimos a pasta, para que realizássemos as duas últimas seletivas e a grande final dos Jogos Indígenas de 2012", afirma o secretário de Desporto e Lazer.

Está prevista para o mês de agosto deste ano a realização dos Jogos Indígenas 2013.



Justiça suspende reintegração de posse e indígenas criticam a polícia

SÍTIO CORREIODOESTADO, 22.05.2013

A Justiça Federal de Mato Grosso do Sul decidiu nesta semana pela suspensão do cumprimento do mandado de reintegração de posse da Fazenda Buriti, no distrito de Quebra Coco, em Sidrolândia. Desde 15 de maio, cerca de 500 indígenas Terena ocupam o local, reivindicando a demarcação do território.

A decisão é do juiz Espolio de Afrânio Pereira Martins da 1ª Vara Federal. O magistrado considerou a possibilidade de conflito entre os indígenas e a Polícia Federal e espera uma audiência na tentativa de conciliação. As ações da Polícia Federal na região também devem ser suspensas.

Para o coordenador do Conselho Indigenista Missionário em Mato Grosso do Sul (Cimi-MS), Flávio Vicente, a suspensão da ordem diminui a tensão na região.

Em carta aberta divulgada ontem (21), o Conselho do Povo Terena explicou que desde a semana passada está reocupando as fazendas que estão sobre seu território.

“Desqualificamos todos os argumentos contrários aos nossos direitos e a nossa autonomia, que tem por objetivo deslegitimar nossa luta pela terra, afirmando que estamos sendo manipulados e motivados por terceiros a retomarmos o que é nosso. Somos povos indígenas e temos nossa autonomia e organização própria reconhecida pela Constituição Federal”.

Por meio do documento, os indígenas repudiamos os atos da Polícia Federal, afirmando que ela não agiu de forma imparcial e também denunciaram o delegado Federal, Alcídio de Souza Araújo, “que de forma injustificada e arbitrária apreendeu equipamentos do jornalista Ruy Sposati”.



Questão indígena: Deputados decidem por paralisação nacional em 14 de junho.
SÍTIO SINDICATORURALDETOLEDO, 22.05.2013

Produtores rurais, setor produtivo e sociedade devem se manifestar sobre a meta da Funai que pretende ocupar 25% das terras brasileiras com áreas indígenas. No aguardo de providências do governo federal em rever as demarcações de terras indígenas no país, os deputados da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) decidiram hoje pela manhã, em reunião, por paralisação nacional agendada para o dia 14 de junho. "Estamos vivendo fase de inúmeras denúncias contra a Funai, o governo já paralisou demarcações em alguns Estados, a exemplo do Paraná porém, em outros, os processos demarcatórios continuam", lamentou o deputado federal Valdir Colatto (PMDB/SC), membro da FPA. A paralisação em todo o território brasileiro quer alertar para a problemática das demarcações que expropriam proprietários legítimos de terra e que segundo meta da Funai, que ocupar 25% do território brasileiro com áreas demarcadas indígenas.

"É um verdadeiro absurdo. O governo ao invés de criar política de atenção às necessidades dos índios, através da Funai possibilita uma indústria de arrendamento ilegal das áreas demarcadas", denuncia o deputado. Outra reivindicação da bancada é que os laudos antropológicos sejam feitos por profissionais não vinculados a Funai. No Brasil, segundo Colatto existem 423 áreas indígenas regularizadas, 38 reservas indígenas, 30 áreas delimitadas, 48 áreas declaradas, 15 áreas homologadas e 123 áreas em estudo. As áreas já definidas indígenas ocupam 12,9% do território nacional. Em Santa Catarina, afirma, são 26 áreas que estão em processo de estudo e ocupação. Segundo o parlamentar, na paralisação nacional, produtores rurais, setor produtivo e sociedade organizada devem se manifestar em estradas, praças e outros locais de grande circulação de pessoas.

ÚLTIMOS ENCAMINHAMENTOS Há duas semanas os parlamentares ouviram as explicações da ministra-chefe da Casa Civil Gleisi Hoffmann durante audiência na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR). O pedido de convocação foi assinado pelos deputados federais Valdir Colatto (PMDB/SC), Luiz Carlos Heinze (PP/RS), Domingos Sávio (PSDB/MG) e Duarte Nogueira (PSDB/SP). A ministra afirmou que o governo reconhece a importância da agricultura e que envolverá outros ministérios e empresas de pesquisa nos estudos de demarcação dos territórios indígenas, visando dar clareza ao processo.

Depois da audiência, segundo Colatto, nada foi encaminhado. Na última quinta-feira (16/5) no Palácio do Planalto, deputados e senadores participaram de audiência com o vice-presidente da República Michel Temer, ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, presidente da Câmara dos Deputados Henrique Alves e o ministro da Advocacia Geral da União Luiz Inácio Adams para pedir providências sobre as demarcações no país. Na audiência com Michel Temer, o deputado federal Valdir Colatto, que é também presidente da Frente Parlamentar da Desburocratização, lembrou que as demarcações indígenas feitas no país são prioridades a serem debatidas em 2013 e que uma série de medidas estão sendo tomadas pelos parlamentares visando esclarecer a postura da Fundação Nacional do Índio (Funai).